

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA NA ARQUIVOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Resumo: Diante de um cenário de ampliação da produção e da circulação da informação, em virtude das transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais, o artigo discute como os processos de representação da informação podem auxiliar a Arquivologia a melhorar a organização e a recuperação da informação. Sendo assim, a problemática da pesquisa pode ser formulada na seguinte questão: como a padronização terminológica tem afetado os processos de representação da informação na Arquivologia? Acredita-se que a partir do uso de um instrumento que colabore com questões relacionadas ao controle e a padronização terminológica, a Arquivologia pode melhorar de maneira significativa o tratamento da informação produzida e acumulada pelas organizações. O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar quais pesquisas foram desenvolvidas de forma que abordassem em os usos dos vocabulários controlados na Arquivologia, para que a partir de tais estudos, seja possível compreender como [e se] a Arquivologia tem feito uso desse instrumento com vistas a melhorar o processo de organização, representação e recuperação da informação orgânica presente nos arquivos. Como procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com vistas a identificar trabalhos que tratem sobre uso dos vocabulários controlados na Arquivologia. Para a composição do *corpus* documental foram utilizados os seguintes termos, como estratégia de busca: “Arquivologia”, “Representação Descritiva”, “Representação Temática” e “Vocabulário Controlado”. Como resultados, a pesquisa demonstra que, embora os vocabulários controlados contribuam com o tratamento da informação, principalmente porque atuam no controle e padronização terminológica, ainda existe certo distanciamento do tema na literatura arquivística, sendo poucos os trabalhos recuperados.

Palavras-chave: Arquivologia; representação descritiva; representação temática; vocabulário controlado; descrição arquivística.

Luciana Davanzo

Doutora e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília).
luciana.davanzo@gmail.com

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

Doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília).
marcia.pazin@unesp.br

Walter Moreira

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília).
walter.moreira@unesp.br

DESCRIPTIVE REPRESENTATION AND THEMATIC REPRESENTATION IN ARCHIVAL SCIENCE: A NECESSARY APPROACH

Abstract: Faced with a scenario of expansion of the production and circulation of information, due to the transformations caused by digital technologies, the article discusses how the processes of information representation can help Archives to improve the organization, representation and information retrieval. Thus, the research problematic can be formulated in the following question: how has terminological standardization affected the processes of information representation in Archival Science? It is believed that from the use of an instrument that collaborates with issues related to terminological control and standardization, Archival Science can significantly improve the treatment of information produced and accumulated by organizations. The general objective of the research is to identify which researches were developed in order to address the uses of controlled vocabularies in Archival Science. So that from such studies, it is possible to understand how [and if] Archival Science has made use of this instrument with a view to improve the process of organization, representation and retrieval of the organic information present in Archives. As methodological procedures, an exploratory research

was carried out, using as a method the literature review in the Information Science Database (BRAPCI), with a view to identifying works that deal with the use of controlled vocabularies in Archival Science. For the composition of the documentary corpus, the following terms were used as a search strategy: “Archival Science”, “Descriptive Representation”, “Thematic Representation” and “Controlled Vocabular”. As a result, the research demonstrates that, although controlled vocabularies contribute to the treatment of information, mainly because they act in terminological control and standardization, there is still a certain distance from the theme in archival literature, with few recovered works.

Keywords: Archival Science; Descriptive Representation; Thematic Representation; Controlled Vocabular; Archival Description.

1 INTRODUÇÃO

Acredita-se que o surgimento dos arquivos está diretamente relacionado à necessidade que o homem tem de manter o registro de suas ações. Para isso, a humanidade fez, ao longo do tempo, uso de vários suportes para registrar esses momentos: tábuas de madeira, placas de argila, papiro, pergaminho, chegando até o tradicional papel e, mais recentemente, aos suportes digitais. Desde seu surgimento, a Arquivologia acompanhou, e continua acompanhando, as transformações ocorridas nos suportes, formatos e tipos documentais e, por consequência, promoveu atualizações no tratamento técnico de documentos e informações.

Um grande desafio da área relaciona-se às mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais, que afetam diretamente o fluxo informacional, desde a produção até o posterior uso da informação. Além das mudanças que impactaram os suportes e formatos, notam-se mudanças relacionadas ao modo de acesso às informações. Atualmente, os usuários têm a necessidade de recuperar as informações de maneira mais rápida e dinâmica, sem que para isso estejam no mesmo espaço físico de armazenamento de documentos ou informações. Por essa razão, a Arquivologia deve fazer uso de instrumentos que colaborem para que a recuperação da informação seja mais efetiva.

Para contribuir com a melhoria no acesso às informações, a Arquivologia faz uso de instrumentos tradicionais, já consolidados pela área, tais como as guias, inventários e catálogos. Não há como negligenciar a relevância desses instrumentos, pois, por muito tempo, eles foram os mediadores entre os usuários e os arquivos.

Numa etapa posterior, a partir de meados dos anos 1990, a Arquivologia passou a contar, também, com o apoio das normas de descrição arquivística, cujo desenvolvimento objetivava

tornar o processo de representação e acesso à informação mais consistente. Nesse período, foram desenvolvidas e consolidadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) uma série de normas específicas voltadas à estruturação do processo descritivo de documentos de arquivo.

A partir da edição dessas normas, observa-se a existência de uma grande mudança na área, pois a descrição das informações de maneira normalizada possibilitou aos usuários melhores resultados de pesquisa. Isso foi possível em razão da padronização dos campos de acesso e permitiu aos arquivos que implantassem melhorias no que tange à qualidade do acesso informacional. As normas de descrição foram fundamentais ao possibilitarem uma normalização padronizada da informação sobre os acervos, que podem estar depositados em ambientes analógicos ou digitais.

Neste contexto, a padronização alcança também o vocabulário utilizado no processo descritivo. Mesmo no contexto de uso dos instrumentos de pesquisa e das normas de descrição arquivística, em meio ao desafio de fazer a gestão do grande volume de informação produzida, a área pode se aproximar de instrumentos que permitam diminuir de forma significativa alguns problemas que são originados da linguagem natural, tais como a ambiguidade, polissemia e a sinonímia, entre outros.

Entende-se, portanto, que as instrumentalidades advindas dos vocabulários controlados são contributivas ao processo de representação da informação arquivística, tornando este processo mais preciso e consistente, o que, por sua vez, coopera para a diminuição de ruídos de comunicação entre usuários e sistemas, permitindo que a recuperação da informação ocorra com maior qualidade.

Diante desse cenário, aponta-se como problemática da pesquisa a seguinte questão: como a padronização terminológica tem afetado os processos de representação da informação na Arquivologia? A partir desta questão, o objetivo norteador desse trabalho consiste em identificar quais pesquisas foram desenvolvidas de forma que abordassem os usos dos vocabulários controlados na Arquivologia, para que a partir de tais estudos, seja possível compreender como [e se] a Arquivologia tem feito uso desse instrumento com vistas a melhorar o processo de organização, representação e recuperação da informação orgânica produzida e/ou acumulada nos arquivos.

Nesse sentido, considerando-se a relevância das informações para as instituições, esta pesquisa trata das informações orgânicas, isto é, aquelas que são geradas “representando o

resultado da consecução de uma série de processos administrativos, que se tornam interligadas indelevelmente numa rede”, conforme destaca Vitoriano (2017, p. 60) e que constituem os documentos de arquivo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), tendo como recorte o ano de 2003 até o mês de junho de 2021, com vistas a apresentar as pesquisas que foram desenvolvidas de forma a abarcar a Arquivologia e o uso dos vocabulários controlados. Para tanto, como estratégias de busca, foram usadas as seguintes expressões, no singular e no plural: “vocabulário controlado E arquivologia” e “tesauro E arquivologia”, optando-se por fazer a análise inspeccional nos títulos, resumos e palavras chaves.

Justifica-se essa pesquisa pela perspectiva de que a informação orgânica precisa receber tratamento informacional adequado para garantir não apenas uma melhor representação da informação, visando a sua posterior recuperação, mas também pelo fato dessa informação refletir o contexto, atividades e as funções das instituições mantenedoras dos arquivos, sendo, portanto, fundamentais para as tomadas decisórias.

2 OS ANTECEDENTES DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia passou por um longo trajeto até se consolidar como área especializada do conhecimento e desenvolver processos teóricos e metodológicos próprios. Um ponto de inflexão que permitiu que a Arquivologia se consolidasse enquanto área do conhecimento científico e que a desvinculasse da História e da Administração, ocorreu devido à publicação, em 1922, do *Manual of Archive Administration*, de Hilary Jenkinson (ARAÚJO, 2014). A obra pode ser considerada como um divisor de águas em relação à Arquivologia, pois o autor traz dois importantes conceitos que se consolidaram como pilares da área: a imparcialidade e a autenticidade.

Embora a preocupação de Jenkinson estivesse mais voltada à política dos arquivos, no sentido da definição conceitual de sua estrutura e funcionamento, a preocupação com a descrição arquivística é demonstrada em item específico, que trata dos “deveres secundários do arquivista” (JENKINSON, 1922, p. 108), que envolvem a preparação de guias, índices e

repertórios, além a transcrição de documentos. Para o autor, num contexto em que a organização dos arquivos ainda é um problema prioritário não resolvido, a criação de instrumentos de pesquisa seria um trabalho secundário, posterior à solução do ‘trabalho essencial do arquivo’, ou seja, da conservação e da organização dos documentos e da manutenção e segurança do edifício.

Araújo (2014) relata que outra publicação contribuiu para a consolidação da Arquivologia: a obra de Eugênio Casanova, em 1928, intitulada *Archivistica*. Nessa obra, manifestam-se dois importantes marcos: a) a não separação do arquivo administrativo do arquivo histórico; b) a integração desses conceitos, tanto para os arquivos públicos quanto para os arquivos privados.

Nesse sentido, Araújo (2014, p. 22) reflete:

Um dos tópicos mais importantes diz respeito às funções dos arquivos, e Casanova aponta que, além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também constitui sua função fazer isso com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos. E tudo isso porque, na visão do autor, os arquivos não deveriam ser criados por um capricho, mas sim para responderem a uma efetiva necessidade das sociedades.

Nesse contexto, observa-se que a Arquivologia assume papéis importantes: o primeiro enquanto área do conhecimento científico e, posteriormente, traz à tona a necessidade de o arquivo, enquanto espaço destinado para o armazenamento dos documentos, ser adequado, com infraestrutura que atenda as demandas do acervo e de seus usuários, contando com profissionais capacitados.

Por isso, assim como Jenkinson, Casanova (1928) entende a descrição arquivística como uma atividade ligada à organização e ao arranjo dos arquivos. Sendo assim, deve ser posterior a eles. Ao definir o inventário, o autor entende que o instrumento deve descrever sucintamente o conjunto documental indicando quantidades e títulos das séries documentais, com informações básicas, extrínsecas ao conteúdo informacional, de modo a “permitir que qualquer pessoa que pretenda examiná-los forme uma ideia exata de sua entidade, com a conveniência de garantir o sucesso da pesquisa” (CASANOVA, 1928, p. 253, tradução nossa).¹

¹ “[...] e permettono a chiunque intenda esaminarli di formarsi una idea esatta della loro entità e quindi della convenienza di farvi con buon successo la ricerca .”

E uma vez que essas séries são reproduzidas no mesmo arranjo, organizadas na ordem cientificamente dada; e esse arranjo tende a reviver o organismo que emitiu os atos abrangentes, então o inventário deve refletir, fotografar, se pudesse ser dito, em todas as suas partes o referido arranjo e preservar sua a estrutura intacta (CASANOVA, 1928, p. 253, tradução nossa).²

Nota-se, portanto, que tanto a obra de Jenkinson quanto a obra de Casanova contribuíram de forma decisiva para que a Arquivologia deixasse de ser vista como apenas uma ciência auxiliar, principalmente da História, ganhando espaço, como uma área do conhecimento científico, a partir de sua própria base teórica e metodológica.

Também é necessário mencionar um outro grande impulso para a área, alguns anos antes, com o impacto da obra publicada pelos autores Muller, Feith e Fruin, no ano de 1898, intitulada *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* que se tornou conhecido como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”, por ter sido editado por aquela associação de arquivistas. O Manual dedica quatro de seus seis capítulos à descrição dos documentos de arquivo, à estrutura do inventário, à apresentação de um conjunto de normas e à importância da padronização dos termos utilizados (ARQUIVO NACIONAL, 1973).

Já nesse texto percebe-se a preocupação com o nível de detalhamento da descrição e com a utilização de vocabulário padronizado durante o processo. Como no restante do livro, os itens de discussão têm início com formulações gerais que são analisadas em sequência. Alguns deles demonstram os motivos pelos quais o manual teve grande importância e influência para a consolidação dos procedimentos técnicos da Arquivologia ao longo do século XX.

A estrutura e o processo descritivo, bem como sua ligação com a organização (o arranjo documental) são enfatizados nos primeiros itens da discussão, apresentados como premissas, e discutidos na sequência.

37. O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos. [...]

38. Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a ideia dominante que presidiu à sua formação. [...]

² “ate nell’ordinamento, scientificamente datovi; e questo ordinamento tende a far rivivere l’organismo che emanò gli atti comprensivi, così l’inventario deve rispecchiare, fotografare, se si potesse dire, in ogni sua parte il detto ordinamento e conservarne intatta la struttura.”

- 41 Devem-se descrever inicialmente as séries e os volumes para alcançar-se a visão geral do arquivo, e somente após, os documentos soltos. [...]
50. O inventário do arquivo, nas suas linhas gerais, deve ser ordenado em conformidade com a organização original do arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 79-99).

O texto também apresenta uma estrutura descritiva mínima para os conjuntos documentais, antecedendo a identificação básica que seria preconizada pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) muitos anos depois.

48. Cada item do inventário deve incluir:
- a) o título antigo do item (se houver);
 - b) a descrição geral do conteúdo;
 - c) o ano ou anos abarcados pelo documento;
 - d) a indicação de que o item consiste de um ou mais volumes, pacotes, envelopes, maços documentos ou caras diplomáticas;
 - e) a indicação de documentos adicionais que se encontrem no mesmo item, embora não relacionados com o resto do conteúdo.
- Outras declarações acerca do conteúdo ou da forma serão feitas em notas especiais. (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 93)

Além da preocupação com a descrição dos conjuntos documentais, o assunto da terminologia também é tratado como tema relevante. “84. No interesse da clareza, é proveitoso usar-se sempre a mesma terminologia nos vários inventários. Também sob outros aspectos é conveniente a uniformidade” (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 147).

Embora a preocupação terminológica esteja voltada mais aos conceitos de organização e ordenação dos documentos, com o detalhamento de termos como “volume”, “dossiê”, “amarrado”, “tabelas”, “índices”, “repertórios”, “rascunho”, “borrador”, “minuta”, entre outros, percebe-se aí o início da padronização terminológica da área, que dará origem aos dicionários arquivísticos no século XX.

Outro grande teórico, que assim como os apresentados anteriormente, que teve grande influência a partir da metade do século XX, foi Theodore R. Schellenberg, com a obra intitulada “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”, publicada originalmente no ano de 1956 (SCHELLENBERG, 2004). Araújo (2014) considera que a publicação de Schellerberg foi um marco para a Arquivologia, pois, a partir de sua publicação, o arquivista passa a ser considerado como um profissional que pode atuar em todos os tipos de arquivos e, não apenas nos arquivos considerados como históricos.

Nesse livro, Schellenberg (2004, p. 289) dedica um capítulo à descrição dos arquivos públicos, em que dá orientações gerais para a elaboração de instrumentos descritivos, a partir da semelhança por ele defendida com “um catálogo descritivo de biblioteca”. Para ele, “o material do arquivo é, em geral, descrito em termos de sua autoria, tipo, título e estrutura, quer as unidades a serem descritas sejam grandes ou pequenas” (SCHELLENBERG, 2004, p. 289-29). Assim como seus antecessores, o autor demonstra a importância da descrição baseada na proveniência dos arquivos, ao comparar os sistemas descritivos utilizados em outros países e a proposta do Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

Por outro lado, a preocupação terminológica aparece em menor escala e somente para aqueles arquivos ditos privados, na indicação de criação de “a) catálogos de assuntos; b) índices de nomes; e c) índices de tópicos” (SCHELLENBERG, 2004, p. 330). O autor justifica que

O Arquivo Nacional não considera viável o preparo de um catálogo em fichas de seu acervo. A lista de assuntos seria quase que interminável. Embora, segundo as instruções existentes, a determinação do conteúdo do assunto das séries constitua rotina do método de inventariar, os assuntos cobertos pelas séries raramente são identificados em outros termos que não os mais gerais. Isso é verdade, sobretudo no caso de séries longas que compreendessem todos os documentos arranjados segundo sistemas de classificação. Para preparar um catálogo de assunto, seria necessária uma nova análise da maioria das séries para identificar os assuntos a que dizem respeito. O número de fichas de assuntos necessárias para cada unidade de arquivos seria muito grande (SCHELLENBERG, 2004, p. 309-310).

Para o autor, o grande volume e o tipo de utilização dos documentos de arquivo não possibilitariam uma descrição mais detalhada do acervo, sendo limitada à descrição básica das séries documentais, representadas nos inventários. Posteriormente, a ISAD (G) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000) definiria a importância da descrição multinível, em que o conteúdo informacional é abordado sob a perspectiva dos conjuntos descritos, sejam os fundos, as séries ou os itens documentais.

É claro que Schellenberg trabalhava no contexto da explosão documental originada ao longo da primeira metade do século XX, e que também trouxe grandes impactos para a Arquivologia, pois foi nesse período que surgiu a necessidade de pensar em metodologias que fossem capazes de dar conta das grandes projeções de massas documentais que estavam sendo acumuladas nos arquivos.

É nesse cenário que a Arquivologia caminha em direção a um novo desafio que se refere a como realizar o melhor tratamento em relação aos conjuntos documentais que já estavam armazenados nos arquivos e, aqueles que ainda precisariam receber a devida destinação.

É em função desse aumento exponencial da massa documental que surge, nos Estados Unidos, com Schellenberg, um novo conceito: a gestão de documentos, que teve como objetivo realizar um efetivo tratamento dos documentos e da informação, aplicado desde a produção e, não apenas nos documentos que já estavam armazenados nos arquivos permanentes. Assim,

o fenômeno da explosão documental colocou para os arquivos um novo problema e, como consequência, a necessidade de medidas de caráter pragmático para as incorporações nos já saturados arquivos históricos, o que potencializou o problema da avaliação e das eliminações (ARAÚJO, 2014, p. 26).

Por outro lado, o tratamento de documentos e informações ganhou novos aportes teórico-metodológicos ao mesmo tempo em que a relevância da documentação para a gestão organizacional ficava mais evidente. O próprio desenvolvimento da Administração e dos novos suportes informacionais demonstram a importância da criação de novos processos de organização e disseminação da informação.

Assim, Araújo (2014, p. 26) destaca que,

Os meios automáticos, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, revolucionaram os processos até então usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação havia ganhado estatuto de recurso indispensável da investigação e do desenvolvimento.

Percebe-se que, independentemente do tipo de suporte, analógico ou digital, são necessários investimentos teóricos e metodológicos para o tratamento adequado dessa documentação, pois, de outro modo, não há meios para que a informação seja recuperada.

Todas as obras citadas anteriormente contribuíram para que a área ganhasse cada vez mais consolidação, sendo necessário desenvolver teorias e metodologias que contribuiriam para o tratamento dos documentos, em especial no que se refere ao tema deste artigo, a representação da informação orgânica em contexto arquivístico, de forma que o processo de recuperação da informação se tornasse mais consistente, de modo a contribuir para que a documentação possa ser recuperada e para a redução dos ruídos de comunicação existentes entre usuários e sistemas.

Pensando nessa perspectiva, o próximo tópico tem por finalidade tratar dos processos de representação da informação.

3 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Representar a informação é algo comum ao homem e, para a Arquivologia, a prática de representação dos documentos existem por meio dos instrumentos da área: listas, catálogos, inventários, fichários, índices (RODRIGUES, 2003). Os meios de representação estão presentes desde a formação dos primeiros registros idealizados pelo homem. As representações são percepções que temos dos objetos; a depender do contexto, obtemos inúmeros significados e variações os quais são atribuídos a partir daquilo que pensamos e daquilo que construímos referente ao mundo.

Segundo Yakel (2003), a representação nos arquivos configura-se como a parte do trabalho do arquivista relacionada ao processo de interpretação e de criação de subsídios para a substituição de um determinado documento. As mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais transformaram os modos de produzir, processar, representar e recuperar a informação, afetando de modo geral a organização e disseminação da informação.

As discussões sobre representação da informação talvez estejam em passo mais adiantado na área da Biblioteconomia e na Ciência da Informação, em relação à Arquivologia. Na Biblioteconomia, há de se considerar os estudos já consolidados em relação à análise documentária, em que é possível notar que houve significativas mudanças que foram empregadas em relação ao tratamento da informação.

Guimarães (2003, p. 103) ressalta que a área de análise documentária

Consiste em um conjunto de procedimentos de natureza analítico-sintética, envolvendo os processos de análise temática dos documentos e sua síntese, por meio da condensação ou da representação em linguagens documentárias, com o objetivo de garantir uma recuperação rápida e precisa pelo usuário ou cliente.

Sobre os avanços do processo de representação da informação na Ciência da Informação, Silva e Albuquerque (2018, p. 70) corroboram precedência desta em relação à Arquivologia, uma vez que

Diante da Arquivologia, os procedimentos que envolvem a Representação da Informação na Ciência da Informação estão mais avançados, se comparados com as possibilidades acerca dos estudos de usuários e dos aspectos voltados para transmissão da informação.

Segundo o autor, o enfoque nas necessidades informacionais dos usuários colaborou para que fossem criadas metodologias que contribuíssem de maneira significativa em relação às possibilidades de acesso e uso da informação. Na Arquivologia, por outro lado, alguns trabalhos demonstram que o estudo de necessidades e do comportamento informacional dos usuários de arquivo ainda é uma área de pesquisa recente, que apresenta dificuldades metodológicas em virtude da natureza de seu objeto, o documento de arquivo. Mas que também tem obtido aportes importantes nos últimos anos, em função da mudança de paradigma trazida pela realidade digital (AVILA; SOUSA, 2011; JARDIM; FONSECA, 2004).

Ressalta-se também que a dinamicidade, tanto em relação à produção, quanto em relação à recuperação da informação, contribui para que a área crie instrumentos que atendam a essa nova realidade, pois,

Com a evolução tecnológica (e com seu uso nos arquivos), influenciou-se, notavelmente, a mudança das concepções teóricas da descrição e as atividades no âmbito dos arquivos. As tecnologias de informação e da comunicação permitiram dissociar o conceito de descrição do conceito de instrumento de busca. Durante a década de 1990, a descrição passou a enfatizar o processo (o 'como') mais que o resultado final (o instrumento) (PADRÓN et al., 2015, p. 4).

Diante da profusão informacional que atualmente vivenciamos, para suprir as necessidades dos mais diversificados tipos de usuários (partindo dos usuários comuns passando até os especializados) é necessário garantir o acesso à informação e, para isso, é fundamental a construção da representação dessa informação de forma consistente, para que se evite a perda informacional.

Diante do que foi exposto, pode-se constatar que a partir do processo de representar uma informação, ou seja, de extrair os principais elementos para, então, transformar esses elementos em uma “ponte” que possibilite a comunicação entre usuário e sistema, espera-se que, com a utilização de uma linguagem artificial, o processo de recuperação da informação seja mais preciso. Sobre esse assunto, concorda-se com Novellino (1996, p. 38), quando o autor reflete que “a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de

uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada.”

Ao realizar a atividade de representar a informação, o arquivista se responsabiliza por estabelecer caminhos para que os usuários dos arquivos possam ter suas pesquisas realizadas de maneira satisfatória e garantir o suprimento de suas demandas informacionais. Por isso, o arquivo, a representação da informação e os arquivistas formam uma tríade, onde cada um exerce papel fundamental, pois “preservar e garantir o acesso às informações e aos documentos é um ato indispensável, visto que são produtos essenciais de uma sociedade organizada.” (GONÇALEZ; CERVANTES, 2017, p. 194).

No que tange à Arquivologia, os primeiros passos em relação a essa temática ocorrem por meio de dois princípios basilares da área: a classificação e descrição. A classificação está diretamente ligada aos processos de ordenação e hierarquização intelectual, assim como relaciona-se com a ordenação física dos documentos, refletindo as relações existentes entre eles.

A descrição refere-se aos aspectos de organização e representação da informação, buscando maneiras eficazes para recuperar as informações contidas nos documentos. Ela pode ser compreendida como um processo que visa a representação da informação, através da identificação, da gestão e do contexto de produção das informações.

Autores como Barros (2016), Ribeiro (1996, 2013) e Campos (2006) refletem que ainda é necessário um aprofundamento teórico sobre a temática. Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar a visão de Ribeiro (2013, p. 536), quando a autora relata que o tema ainda não é muito aprofundado na literatura arquivística internacional:

[...]é legítimo que nos questionemos sobre o modo como evoluiu o tratamento da informação por assunto nos arquivos e que nos interroguemos sobre como se tem processado a integração dos arquivos na sociedade digital e em rede em que nos movimentamos. Não se conhecem estudos de síntese que analisem esta problemática [...].

Para efeito de organização da discussão nesse trabalho, a representação da informação na Arquivologia foi dividida em dois momentos: o primeiro relacionado à representação descritiva e o segundo à representação temática, conforme abordados nos próximos itens.

4 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA

Percebe-se, pela discussão dos autores apresentados no início deste trabalho, que, para a Arquivologia, a representação descritiva está mais consolidada do que a representação temática. Em circunstâncias tradicionais, procedimentos de tratamento temático da informação não são ações habituais no fazer da Arquivologia. No contexto arquivístico, a representação temática da informação ainda é tratada de maneira “superficial” (VITAL; BRASCHER, 2019).

Nas últimas décadas, a consolidação da representação descritiva na Arquivologia ocorreu devido à importante contribuição das Normas de Descrição Arquivística, desenvolvidas pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Como vimos anteriormente, enquanto todos os teóricos fundadores da Arquivologia moderna demonstravam a importância da existência de instrumentos descritivos que permitissem o acesso dos usuários aos documentos, não havia, naquele momento, preocupação com a padronização desse processo, de modo a construir parâmetros mínimos para realização da descrição arquivística.

Apenas no final da década de 1980 os diversos países europeus, principalmente aqueles com maior tradição arquivística, passaram a se preocupar com a criação de padrões para a descrição. Em 1991, o Conselho Europeu e os Ministros de Cultura dos países integrantes, convocaram um grupo de especialistas para uma análise que versaria sobre a situação dos arquivos naqueles países (HEREDIA HERRERA, 2003). Dentre os muitos itens apontados pelo relatório, “na parte que se atém à descrição, reconhecia a disparidade de modelos, a multiplicação de instrumentos de descrição, a arbitrariedade de suas denominações e a diversidade metodológica” (HEREDIA HERRERA, 2003, p. 1).

Embora alguns países individualmente já tivessem normas específicas, este não era um procedimento constante, conforme demonstra o relatório final do grupo. Um dos principais resultados apresentados foi a ISAD-G, publicada no ano de 1994, que foi a primeira norma geral sobre descrição aplicável a toda a comunidade arquivística (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000). Essa norma correspondeu, efetivamente, ao primeiro degrau na elaboração de uma descrição normalizada na Arquivologia mundial.

A partir da ISAD(G), os estudos para padronização da descrição arquivística ganharam impulso e uma série de novas normas foram publicadas. Em 1996, publicou-se a primeira versão da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS,

2003). Nos anos seguintes, foram elaboradas outras normas: a) 2007 - Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF) e b) 2008 - Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH).

No Brasil, a adaptação da ISAD (G) para o ambiente arquivístico nacional, uma diretriz do Comitê de Normas de Descrição (CND) do CIA, deu origem às discussões para desenvolvimento da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sob responsabilidade do Conselho Nacional de Arquivos (2006).

Existem algumas comparações entre a NOBRADE e a ISAD(G), devido às semelhanças em suas estruturas, porém, uma das diferenças entre elas consiste no número de áreas que as normas abrangem. A NOBRADE possui uma área de descrição a mais, a área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos. Vital (2017, p. 21) observa que:

A norma brasileira considera a representação temática como forma de acesso à informação, além de entender a descrição como uma possibilidade objetiva de recuperação por meio dos pontos de acesso, tais como produtor, data e série, que fazem parte da descrição arquivística.

A finalidade da área de pontos de acesso e indexação de assuntos se fundamenta em:

Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 59).

Muito embora a NOBRADE seja uma norma de descrição reconhecida pela Arquivologia brasileira, ainda são necessários estudos mais aprofundados em relação à representação descritiva realizada pela Arquivologia, carência refletida em trabalhos como os de Oliveira (2012), Silva (2012) e Ribeiro (1996).

Ribeiro (2005, p. 96) apresenta um importante dado sobre as diferenças nos processos de representação na Arquivologia e na Biblioteconomia, que vem somar com as reflexões da presente pesquisa,

[...] a Biblioteconomia avançou mais rapidamente nos aspectos técnicos de representação descritiva normalizada, enquanto que a Arquivística esperou até aos anos noventa do século XX para obter consenso internacional sobre uma norma para descrição.

No Brasil, com base em textos da literatura arquivística sobre o tema (AVILA; SOUSA, 2011; JARDIM; FONSECA, 2004), pode-se inferir que esse distanciamento em relação à representação descritiva da informação na Arquivologia também seja o reflexo da necessidade de se conhecer de forma mais consistente quem são os usuários dos arquivos e, como esses usuários realizam suas buscas, para que, a partir dessa análise, seja possível compreender quais são as reais necessidades desses usuários e, assim, conhecer quais são as dificuldades que são encontradas no processo de recuperação da informação.

Nos arquivos, a representação descritiva deve levar em consideração o contexto de produção em que os documentos foram produzidos. Sobre essa perspectiva:

[...] interessa ter em conta o contexto em que a informação foi produzida e no qual é usada, a sua função e os elementos informativos que os documentos contêm, designadamente aqueles que mais vezes são solicitados pelos utilizadores. (RIBEIRO, 2011, p. 54).

Para a Arquivologia, a representação descritiva contribui com os processos de recuperação da informação, tornando esse processo mais consistente e auxiliando, portanto, no atendimento aos usuários dos arquivos, que possuem demandas informacionais específicas. A representação descritiva deve considerar os aspectos teóricos e metodológicos de dois princípios fundamentais da área: a proveniência e a organicidade, para que, dessa forma, seja realizada considerando os critérios de fundo e de definição de séries, na classificação e na descrição, já que “ela não acontece separada de outros processos de organização e representação da informação, existe uma co-dependência” (VITAL, 2017, p. 143).

Dessa forma, compete ao arquivista, “a tarefa de descrever e transmitir a informação, ajudando, sobretudo, na reprodução e disseminação do conhecimento histórico e social construído pelo homem” (SOUZA, 2009, p. 221), afinal, “a recuperação da informação é plena quando todas as suas formas (temática e descritiva) são exploradas e desenvolvidas” (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 34).

Considerando a necessidade de reflexões acerca da representação temática na Arquivologia, o tema será discutido no item a seguir, de forma a oferecer subsídios para a compreensão sobre como a representação temática pode contribuir no que tange aos aspectos de organização, representação e recuperação da informação na Arquivologia.

5 APORTES DA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA PARA A ARQUIVOLOGIA

No contexto do aumento da produção de informações, impulsionado principalmente pelas tecnologias digitais e seus impactos, percebe-se a necessidade de melhorias no tratamento da informação, notadamente em relação à Arquivologia, à maior aproximação com instrumentos que possibilitem a padronização terminológica, que contribui, dentre outros fatores, para que o acesso à informação ocorra de maneira mais consistente em termos da precisão na linguagem.

Nesse contexto, citam-se os vocabulários controlados que, de acordo com Aguiar (2008), são considerados Linguagens Documentárias (LD) que surgem para apoiar os processos de organização, representação e recuperação do conhecimento e, por isso, podem ser compreendidos como “instrumentos que visam auxiliar nos processos de “indexação”, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a “traduzir” os conteúdos dos documentos”, conforme apontam Cintra e demais autores (2002, p. 33).

Os vocabulários controlados são linguagens construídas por meio da seleção criteriosa de termos da linguagem natural, de forma que a representação e a recuperação da informação sejam mais qualitativas, diminuindo os ruídos de comunicação que são frequentes entre usuários e sistemas.

Considerando-se tais melhorias, Cintra e outros (2002, p. 302) observam que uma das funções intermediadoras das linguagens documentárias é

[...] tratar o conhecimento dispondo-o como informação. Em outras palavras, compete as LDs transformar estoques de conhecimento em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais. É nesse partilhamento que está na base do caráter público da informação e que não pode ser obtido na ausência de uma LD. De fato, durante muito tempo, acreditou-se que a disponibilização dos estoques seria suficiente para a sua socialização. Mas, atualmente, o fundamental é a existência de uma forma de organização que garanta o partilhamento. Essa organização é a LD.

Dessa forma, os vocabulários controlados são instrumentos que atuam com o objetivo de minimizar os ruídos comuns das linguagens naturais, onde uma palavra pode, por exemplo, evocar vários significados, o que favorece para a existência de dificuldades no acesso à informação.

Entende-se que os vocabulários controlados podem melhorar esse cenário, pois atuam como agentes de mediação entre usuários e sistemas, auxiliando no processo de busca, sugerindo caminhos, que permitirão que a pesquisa seja realizada de forma precisa e consistente. Evidencia-se, portanto, que os vocabulários controlados auxiliam aqueles usuários que não possuem muita familiaridade com os sistemas ou que não sabem exatamente como realizar suas pesquisas.

Sobre essa perspectiva, Kobashi (2007, p. 02) considera que:

Em síntese, estamos convencidos de que a informação organizada em sistemas requer mecanismos de mediação. As linguagens documentárias são, nesses dispositivos, instrumentos privilegiados de mediação que apresentam dupla função: a) representar o conhecimento inscrito e, b) promover interação entre usuário e dispositivo.

Os vocabulários controlados podem trazer inúmeras vantagens para a Arquivologia, em relação ao tratamento da informação, e isso pode ser constatado a partir do trabalho de Smit e Kobashi (2003), *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*, pioneiro na temática dos vocabulários controlados na Arquivologia.

As autoras consideram que o vocabulário controlado é “um instrumento para nomear as atividades/funções, gerando confiança no sistema” (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 20). Para a Arquivologia, a nomeação das funções e atividades ocorrem nos processos de classificação e descrição. Assim, aliar as instrumentalidades do vocabulário controlado com as atividades de classificação e descrição arquivística possibilitará que tais atividades sejam realizadas de maneira controlada e padronizada.

Adicionalmente, as instituições podem fazer uso de outros trabalhos para colaborar em relação ao desenvolvimento do vocabulário controlado, nesse sentido, citam-se:

- a) ISO 25964 (2011/ 2012) – A primeira parte da norma (ISO 25964-1) abrange a estruturação de tesouros monolíngues e multilíngues e a segunda parte (ISO 25964-2) refere-se a aspectos relacionados a interoperabilidade e outros requisitos que não foram pontuados na primeira parte da norma. Esta é a norma mais recente em relação aos vocabulários controlados.
- b) *Developing a Functions Thesaurus* (2003) – desenvolvido na Austrália, tendo como instrumento o tesouro funcional, que é usado de maneira ampla pelos órgãos

governamentais australianos. O manual detalha os passos que devem ser considerados para a construção do tesouro funcional.

- c) Norma Z39.19-2005 (2010) - *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. Sua primeira publicação ocorreu no ano de 1974 e, a sua última revisão em 2010. Seu objetivo é “apresentar um conjunto de procedimentos com base em técnicas preferenciais e opcionais, utilizando as seguintes convenções para indicar a relevância da recomendação: obrigatório, recomendado, permitido, não recomendado e não permitido” (WEISS, 2011 p. 11).

Todavia, torna-se necessário salientar que, embora os trabalhos acima ofereçam uma base teórica e metodológica sólida em relação ao desenvolvimento dos vocabulários controlados, ressalta-se que apenas o manual dos arquivistas australianos - *Developing a Functions Thesaurus* tem relação direta com a Arquivologia. Sendo assim, no Brasil, Smit e Kobashi (2003) continuam sendo consideradas as pioneiras em estabelecer reflexões acerca dos vocabulários controlados.

Smit e Kobashi (2003) tecem debates que trazem a necessidade do uso dos vocabulários controlados para a Arquivologia, já que, por algum tempo foram utilizados apenas na Biblioteconomia. Sobre esse assunto, Campos (2006, p. 19) complementa:

No âmbito da biblioteconomia, historicamente, temos os conceitos de indexação, hoje denominado também de representação temática, e de catalogação, atualmente denominado de representação descritiva, para identificar processos de descrição documental visando possibilitar a recuperação do documento por vários pontos de acesso. Estes processos em arquivo se reúnem em um só conceito o de descrição arquivística.

Diferentemente da Biblioteconomia, em que tradicionalmente a representação descritiva é acompanhada pela representação temática, na Arquivologia, a representação temática ainda carece de maior valorização:

A indexação, enquanto parte de um processo de representação do conteúdo documental ainda é pouco utilizada no contexto teórico-metodológico dos arquivos e da Arquivística e seu uso muitas vezes ocorre de forma improvisada e incongruente.

Contudo, os processos de indexação podem auxiliar no processo de análise e síntese que ocorre ao longo da descrição e representação de arquivos ou mesmo na definição de séries e identificação de conjuntos documentais [...] (BARROS, 2016, p. 34).

Entende-se que os vocabulários controlados são instrumentos que podem ser usados tanto na Arquivologia como na Biblioteconomia. Para a Arquivologia, o uso dos vocabulários controlados torna mais sólidos os processos de padronização e representação da informação, aspectos que auxiliam para que o acesso às informações seja realizado com qualidade, diminuindo o tempo para atendimento as demandas advindas dos mais diversificados tipos de usuários e instituições.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de literatura a respeito da relação existente entre a Arquivologia, a Organização e Representação da Informação e os Vocabulários Controlados.

Realizou-se pesquisa exploratória, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) de forma que fossem recuperados trabalhos que pudessem ser utilizados para a construção da fundamentação do “*corpus*” teórico desta pesquisa. Os trabalhos utilizados nesta pesquisa remontam ao ano de 2003, ano onde foram publicados dois trabalhos que abordam esta pesquisa: a) Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (SMIT; KOBASHI, 2003) e, o *Developing a Functions Thesaurus* (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003). Dessa forma, o recorte temporal desta pesquisa é a partir do ano de 2003 até julho de 2021.

Todos os trabalhos recuperados foram submetidos à análise inspeccional nos resumos, títulos, palavras chaves e, textos completos. Salienta-se que, os autores dos trabalhos recuperados foram consultados na plataforma lattes, com vistas a identificar a formação acadêmica dos pesquisadores.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado do levantamento bibliográfico, utilizando-se a expressão “vocabulário controlado E arquivologia”, “tesauro E arquivologia” no singular e no plural, aplicados nos

títulos, resumos, palavras chaves e texto completo, foram localizados dez trabalhos. As buscas foram realizadas a partir do ano de 2003 até o ano de 2021. Os trabalhos recuperados foram dispostos no Quadro 1.

Quadro 1: Estratégias de busca: arquivologia E vocabulário controlado

Título do trabalho	Autoria	Ano	Formação
Identificação de elementos para construção do vocabulário controlado: contribuições do diagnóstico de arquivo	Almeida, M. F. I de; Moreira, W.; Davanzo, L.; Vitoriano, M. C. C. P	2021	Arquivologia Biblioteconomia Arquivologia História
Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas	Davanzo, L.; Moreira, W.	2019	Arquivologia Biblioteconomia
A indexação e o controle de vocabulário em arquivos: uma investigação no âmbito dos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros	Azevedo, J. F de S; Sales, R.	2019	Biblioteconomia e Documentação Biblioteconomia
Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional	Alencar, M. F.; Cervantes, B. M. N	2019	Arquivologia Biblioteconomia
Vocabulário controlado como instrumento de gestão em arquivos empresariais: reflexões sobre o departamento de recursos humanos	Davanzo, L.; Almeida, M. F. I de; Vitoriano, M. C. C. P.	2018	Arquivologia Arquivologia História
Análise das disciplinas de vocabulário controlado ofertadas nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil	Davanzo, L.; Moreira, W.	2018	Arquivologia Biblioteconomia
A importância da organização do conhecimento arquivístico no acesso à informação: um olhar para os tesouros funcionais	Alencar, M. F.; Cervantes, B. M. N.	2017	Arquivologia Biblioteconomia
Vocabulário controlado em repositórios de instituições de ensino superior brasileiro: estudo comparativo	Terra, G. de M.; Vasconcelos, T. R.	2015	Biblioteconomia
Análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo de Órfãos do Recife (1824-1889)	Cunha, M. M. de P. S. da; Silva, F. M. e	2014	Direito/História Biblioteconomia e Gestão da Informação
Organizando um arquivo histórico: o acervo do Tribunal de Justiça do Amazonas	Silva, J. R.; Machado, R. de C. F.; Janes, N. O.; Souza, D. da M.	2012	História Arquivologia Arquivologia Arquivologia

Fonte: elaboração dos autores (2021).

O Quadro 1 demonstra que, desde o ano de 2003 até 2021, foram indexados na BRAPCI apenas dez trabalhos que abarcaram a perspectiva dos vocabulários controlados, o que demonstra um número inexpressivo, uma vez que a base de dados possui trabalhos indexados desde o ano de 1972.

É possível observar também que a maior parte dos autores principais possui formação na área de Arquivologia e, que seus coautores advêm da História, do Direito, da Biblioteconomia, da Gestão da Informação e da Biblioteconomia e Documentação.

Nos anos de 2013, 2016 e 2020 não foram indexados na BRAPCI nenhum trabalho em relação a temática dos vocabulários controlados, porém, em 2018 temos dois trabalhos indexados na BRAPCI e, em 2019, três trabalhos. Destaca-se que, Davanzo possui trabalhos que abrangem a temática desde o ano de 2018 e, seus parceiros de publicação são: a) Almeida; b) Moreira e, c) Vitoriano, com trabalhos desenvolvidos em 2018, 2019 e 2021, totalizando quatro trabalhos indexados na BRAPCI.

A título de informação, Almeida, Davanzo, Moreira e Vitoriano possuem vínculo com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, onde é ofertada uma disciplina referente aos Vocabulários Controlados, o que pode ser um dos fatores para que os autores desenvolvam pesquisa sobre a temática em questão.

Por meio do levantamento realizado na BRAPCI, foi possível notar que o tema é trabalhado na Arquivologia ainda de forma tímida, pois, embora a base de dados possua abrangência temporal desde 1972, apenas na última década foi publicada a primeira pesquisa sobre o tema (SILVA et al., 2012).

Com vistas a compreender as reflexões dos autores em relação à instrumentalidade dos vocabulários controlados na Arquivologia, desenvolveu-se o Quadro 2, com o objetivo de compreender em que momento o vocabulário controlado é aplicado na Arquivologia e, quais são os resultados obtidos com essa ferramenta.

Quadro 2: Aplicações e resultados obtidos através do uso dos vocabulários controlados

Aplicação do Vocabulário Controlado	Resultados alcançados a partir do uso do vocabulário controlado	Autores
Diagnóstico de arquivo	Eficácia na recuperação da informação Melhoram as formas de organização e representação da informação Maior consistência na indexação e recuperação da informação Representa a informação de acordo com o contexto de produção documental Diminuem os problemas advindos da riqueza da linguagem natural (ambiguidades, polissemias)	Almeida; Moreira; Davanzo; Vitoriano
Na gestão de documentos, desde a fase de produção documental	Contribuem com a organização e representação da informação Melhoram o acesso a informação através do controle terminológico Padronizam a linguagem natural Melhoram a comunicação entre usuários e sistemas Tornam o plano de classificação mais consistentes	Davanzo; Moreira
Ocorre no processo de descrição arquivística, no momento da indexação da informação	Eficiência e eficácia para o acesso aos arquivos Padroniza e facilita a busca por informações Evita perda informacional	Azevedo; Sales

Não evidencia em que momento o vocabulário controlado pode ser aplicado mas, entende-se que seja utilizado para complementar ao processo de recuperação da informação	Contribui para a recuperação da informação, uma vez que normaliza os termos (as funções) e cria acessos complementares. Amplia o escopo ao acesso informacional Auxilia na padronização terminológica na Arquivística	Alencar; Cervantes ³
Em todo o ciclo de vida dos documentos (corrente ao permanente)	Melhoram os processos de representação e recuperação da informação, por meio do controle terminológico Consistência na recuperação da informação Padronizam a nomeação dos tipos documentais	Davanzo; Almeida; Vitoriano
Tratamento da informação arquivística (produção até o uso posterior da informação).	Permite um acesso mais qualitativo as informações Auxiliam a classificação e a descrição arquivística Maior precisão terminológica Corroboram com a organização da informação	Davanzo; Moreira
Enfoque aos tesauros funcionais. Atuam após o processo de classificação arquivística.	Atuam como instrumentos de acesso no que tange a organização do conhecimento arquivístico Padronização terminológica Soluciona problemas no acesso a informação Auxilia na representação das funções arquivísticas	Alencar; Cervantes
Na indexação dos documentos	O vocabulário controlado ajuda no tratamento dos documentos informacionais Possibilita maior precisão na recuperação da informação	Terra; Vasconcelos
Na indexação dos documentos	Auxilia na recuperação da informação	Cunha; Silva
Diagnóstico de arquivo	Auxiliam na construção de um vocabulário específico, de acordo com cada organização	Silva; Machado; Janes ; Souza

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

A análise apresentada no Quadro 2 foi realizada a partir da leitura realizada nos dez trabalhos recuperados na BRAPCI. A leitura dos trabalhos teve por objetivo analisar dois requisitos: a) Em qual momento o vocabulário controlado deve ser desenvolvido na Arquivologia e, b) Quais são os resultados alcançados a partir do uso dos vocabulários controlados na Arquivologia.

Em relação ao momento ideal para fazer uso do vocabulário controlado, foi possível notar que a indexação dos documentos aparece em três trabalhos. Entende-se, portanto que o vocabulário controlado é pensando no momento da descrição dos documentos, onde serão criados os instrumentos de pesquisa, que são fundamentais para a recuperação da informação arquivística.

O uso do vocabulário controlado em todo o processo de gestão de documentos é também mencionado em três trabalhos. Nessa perspectiva, o vocabulário controlado deve ser desenvolvido desde a fase corrente até a fase permanente. Contribuindo na entrada dos

³ Aborda de forma mais profunda os tesauros funcionais que são instrumentos com maior complexidade em seu desenvolvimento quando comparados aos vocabulários controlados.

documentos nos sistemas e, na saída, na fase de recuperação da informação por parte dos usuários.

O diagnóstico de arquivo é citado em dois trabalhos e, esta etapa é fundamental para que o arquivista possa conhecer a produção documental da organização, conhecer o fluxo dos documentos e, assim poder iniciar o trabalho arquivístico.

Dois trabalhos fazem uso do termo “tesauro funcional” em detrimento do termo “vocabulário controlado”, tal situação pode ocorrer pelo fato de muitas vezes vocabulário controlado e tesouros serem usados como sinônimos. Em tais trabalhos os vocabulários controlados são compreendidos como instrumentos complementares ao acesso à informação na Arquivologia e, por isso, podem contribuir com a classificação arquivística.

No que tange aos resultados alcançados pela Arquivologia com o uso dos vocabulários controlados, evidencia-se que os autores observam muitos pontos positivos, que vão desde a padronização terminológica até a fase de recuperação da informação de forma mais efetiva. Dessa forma, para os autores destacados no Quadro 2, não citam em seus trabalhos nenhum ponto negativo em relação ao vocabulário controlado no tratamento da informação arquivística.

Porém, mesmo diante de pontos positivos, é necessário destacar que ainda existe uma baixa incidência de trabalhos acerca dos vocabulários controlados na Arquivologia. Tal reflexo pode ser devido ao fato de que, por algum tempo, tal instrumento foi considerado de uso exclusivo da Biblioteconomia. Porém, convém destacar que na NOBRADE e na ISAAR-CPF existe a indicação do uso dos vocabulários controlados na Arquivologia. Porém, tanto a NOBRADE quanto a ISAAR-CPF não fazem referência de como tal instrumento deve ser desenvolvido.

Na NOBRADE, o uso dos vocabulários controlados está indicado na área 8- Pontos de acesso e indexação de assuntos, enquanto na ISAAR (CPF), os vocabulários controlados são abrangidos na área 5- Elementos de um registro de autoridade.

A ISAD-G cita, de maneira mais tímida, o vocabulário controlado em nota de rodapé. A ISDF e a ISDIAH não fazem referência ao uso do vocabulário controlado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho pode-se constatar que o processo de descrição na arquivística tem evoluído ao longo dos anos, passando por diversas etapas, desde a discussão sobre a necessidade de criarem-se instrumentos descritivos, presente em todos os teóricos clássicos da Arquivologia, até a criação de normas internacionais. Porém, percebe-se que o aspecto descritivo da representação da informação tem sido mais presente nos processos de descrição arquivística, enquanto representação temática ainda carece de maior desenvolvimento.

Entende-se que os vocabulários controlados são instrumentos que podem contribuir de maneira positiva em relação à organização e representação da informação.

Devido ao grande volume informacional que circula pelas instituições, torna-se cada vez mais necessário o uso de instrumentos que contribuam com melhores formas de tratamento e acesso as informações.

Por essa razão, esse trabalho teve como objetivo verificar se a temática sobre os vocabulários controlados tem sido abordada na Arquivologia, com o objetivo de melhorar o tratamento da informação, permitindo dessa forma, que o processo de organização, representação, acesso e uso da informação sejam mais consistentes.

O trabalho revelou que o tema não é negligenciado, já que, a partir do levantamento realizado na BRAPCI, foram identificadas pesquisas que têm abordado os vocabulários controlados na Arquivologia nos últimos dez anos, porém ainda em número reduzido. Isso demonstra o aumento da preocupação da área sobre a necessidade de melhorias em relação ao tratamento informacional. Contudo, é necessário que sejam realizadas novas pesquisas que possam investigar os motivos que levam a Arquivologia a fazer um uso raso dos vocabulários controlados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. L. **O controle de vocabulário controlado como dispositivo para a organização e tratamento da recuperação arquivística**. 2008. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

ALENCAR, M. F. **Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N. A importância da organização do conhecimento arquivístico no acesso à informação: um olhar para tesouros funcionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105535>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N. Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 368-389, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/80375>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ALMEIDA, M. F. I de *et al.* Identificação de elementos para construção do vocabulário controlado: contribuições do diagnóstico de arquivo. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 601-631, mar. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38986>. Acesso em: 10 maio 2021.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AVILA, R. F.; SOUSA, R. T. B. A aporia dos estudos de comportamento informacional na Arquivística. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 41-53. jan./jun. 2011.

AZEVEDO, J. F. S.; SALES, R.; SALES, R. A indexação e o controle de vocabulário em arquivos: uma investigação no âmbito dos arquivos públicos estaduais brasileiros. **Ágora**, v. 29, n. 58, p. 1-17, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109943>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BARROS, T. H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, maio/ago. 2016.

CAMPOS, M. L. A. O processo de descrição de documentos em arquivo e a recuperação da informação; princípios teóricos e metodológicos. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA*, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006.

CASANOVA, E. **Archivistica**. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf Acesso em: 14 jan. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf Acesso em: 14 jan. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/ISDF.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervos arquivísticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isdiah.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

CUNHA, M. M. P. S.; SILVA, F. M. E. A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do juízo de órfãos do Recife (1824-1889). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119526>. Acesso em: 8 mar. 2021.

DAVANZO, L.; ALMEIDA, M. F. I.; VITORIANO, M. C. C. P. Vocabulário controlado como instrumento de gestão em arquivos empresariais: reflexões sobre o departamento de recursos humanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103188>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. Análise das disciplinas de vocabulário controlado ofertadas nos currículos dos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103614>. Acesso em: 06 jul. 2019.

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [s. l.], v. 29, n. 59, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/792>. Acesso em: 5 jun. 2021.

GONÇALEZ, P. R. V. A; CERVANTES, B. M. N. Instrumentos do fazer arquivístico. *In: ENCONTRO DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL*, 1., 2017, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2017. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/enredo/enredo/paper/viewFile/105/100>. Acesso: 16.jun.2021.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. *In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

HEREDIA HERRERA, A. **La Norma ISAD(G): análisis critico**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1**: information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: Thesauri for information retrieval. Genebra: ISO, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-2**: information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra: ISO, 2013.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**[s. l.], v. 5, n. 5. out. 2004.

JENKINSON, H. **A manual of Archive Administration**. Oxford: The Clarendon Press, 1922. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/manual-of-archive-administration-including-the-problems-of-war-archives>. Acesso: 23 jan. 2020

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. 2007. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 8, n. 6, dez. 2007. Acesso: 04. out. 2020. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7597>.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, 2011.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRÁLIA. **Developing a functions thesaurus**: Guidelines for commonwealth agencies. Canberra: NAA, 2003.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996.

OLIVEIRA, L. M. V de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PADRÓN, D. L. *et al.* Complexidade da representação da informação arquivística. Desafíos y oportunidades de las Ciencias de La Información y La Documentación en la era digital. In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madrid. **Anais [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015.

RIBEIRO, F. **Indexação e controle de autoridades em arquivo**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: reflexões no contexto da Arquivologia. In: SOUSA, F. F.; SANTOS, E. C. (org.). **A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis**. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59.

RIBEIRO, F. Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? 2005. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 15., 2005, Porto. **Anais [...]**. Porto: Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Instituto Politécnico do Porto, 2005. Acesso: 01 nov. 2019. Disponível: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>.

RIBEIRO, F. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1.; CONGRESO ISKO ESPAÑA 11., 2013, Porto. **Atas [...]**. Porto: CETAC.MEDIA, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4606783>. Acesso em: 18 fev. 2019.

RODRIGUES, G. M. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. p. 210-229.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, I. de O. S. **A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SILVA, J. H.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Abordagens acerca da representação da informação na arquivologia: análise a partir dos anais da Isko – Brasil. *Biblionline*, v. 14, n. 1, p. 67-79, 2018.

SILVA, J. R. *et al.* Organizando um arquivo histórico: o acervo do tribunal de justiça do Amazonas. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 161-174. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42198>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SMIT, J. W; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

SOUZA, T. B. de. **O ensino de representação descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal**: estudo comparativo. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Documentais) – Universidade do Porto, Porto, 2009.

TERRA, G. M.; VASCONCELOS, T. R. Vocabulário controlado em repositórios de instituições de ensino superior brasileiro: estudo comparativo. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81046>. Acesso em: 30 maio 2021.

VITAL, L. P.; BRÄSCHER, M. Representação temática de documento arquivístico: em busca de especificidades. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 345-367, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79870>. Acesso: 22 maio 2019.

VITAL, L. P. **Representação temática de documentos arquivísticos**: contribuições do modelo conceitual FRASAD. 2017. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso: 21 maio 2019.

VITORIANO, M. C. de C. P. Uma aproximação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 57-66, 2017.

WEISS, L. C. **Análise da estrutura do vocabulário controlado Descritores em Ciências da Saúde**. 2011. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-25, 2003.